

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCURADORIA – GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Boletim Informativo

Boletim Informativo

N.º 10/2018/2019

REUNIÃO:

ORDINÁRIA DE 31/01/2019

SUMÁRIO:

1. Período antes da ordem do dia:
 - a) Leitura de expedientes de interesse para reunião e aprovação do projeto da ordem do dia;
 - b) Aprovação das atas n.ºs 07/2018/2019, e 08/2018/2019
 - c) Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinentes.
2. Apreciação das propostas de alteração da Lei Orgânica do Ministério Público e Lei de Inspeção do Ministério Público;
3. Constituição de equipas para elaboração de propostas de alteração dos regulamentos da PGR, do SATA e Serviço de Inspeção;

JANEIRO DE 2019

Presenças:

Presidente

- Procurador-Geral da República, Óscar Silva Tavares;

Vice-Presidente

- Daniel Alves Monteiro;

Vogais

- Membros eleito pela Assembleia Nacional: Dra. Raquel Odete Fortes;
- Membro eleito pelo Governo: Dr. António Varela Semedo
- Membros eleitos pelos seus pares, Drs. Felisberto Ho Chi Min Varela Robalo e Nilton Jorge da Costa Moniz.

Secretário

- Secretariou a sessão a Oficial de Justiça Zico António Fortes Andrade, Secretário do Ministério Público.

4. Aprovação de propostas de regulamentos:

- a) Concurso de promoção de acesso às categorias de Procuradores da República de 1ª Classe;
- b) Concurso de criação de logotipo do Ministério Público;
- c) Plano de segurança do edifício da PGR;
- d) Inventário de bens do Ministério Público;

5. apreciação de requerimentos de magistrados:

6. Pedido de autorização para os magistrados do Ministério Público lecionarem nos cursos de Formação de Coordenadores de Investigação Criminal e Inspetores-Chefes da Polícia Judiciária;

7. apreciação da informação proveniente da Procuradoria da República da Comarca da Boavista;

8. apreciação do processo disciplinar nº 01/2018/2019;

9. apreciação do ofício nº 05/DGTC-1ª SPD/2019, proveniente do Tribunal de Contas, que solicita a alteração da Deliberação nº 31/CSMP/2018/2019, que nomeia três técnicos, nível I, para o quadro do CSMP;

10. apreciação da proposta de nomeação de um Secretário substituto para o Serviço de Inspeção do Ministério Público;

11. Matérias para conhecimento (05 doc.);

12. Despachos para ratificação (03 doc.).

1. Período antes da ordem do dia:

- a) Entrada dos seguintes documentos: pedido de rectificação da deliberação de progressão de magistrados, que ficam agregadas no ponto cinco; comunicação do início do processo de inquérito nº 03/2018/2019 e pedido de autorização para audição dos magistrados, sendo submetidos plenária e aprovadas na ordem do dia.
- b) As actas nºs 07/2018/2019, da reunião ordinária de 30/11/2018, 08/2018/2019 da reunião extraordinária de 14/12/2018 e 9/2018/2019, da reunião ordinária de 27 de dezembro de 2018, foram aprovadas por unanimidade.
- c) *Exposição de assuntos que os vogais entendam pertinentes.*

...

Informações do Presidente:

- Visita de trabalho ao Tribunal Penal Internacional;
- Ação interposta pelo Vice-Presidente do CSMP, Daniel Monteiro, junto do Supremo Tribunal de Justiça, no âmbito da sua classificação inspetiva.

Informações do Vice-Presidente:

- Reuniões com a Universidade Jean Piaget e o ISCEE, com o propósito de granjear parcerias para a execução dos Planos de Formações, tendo havido vontade dessas instituições em colaborarem.
- Reunião com a UNICEF sobre a materialização de uma formação, no âmbito do estatuto da criança e do adolescente, mas também que ficou assente a necessidade de se tratar das questões de Justiça Juvenil Restaurativa e das Salas Especiais de Audição.

2. apreciação das propostas de alteração da Lei Orgânica do Ministério Público e Lei de Inspeção do Ministério Público;

A segunda proposta visa essencialmente:

- Reiterar a necessidade de implementação de um quadro salarial mais justo, considerando que no SATA existe uma diferença salarial entre os oficiais de justiça e técnicos superiores.

- Resolver o problema dos suplementos remuneratórios dos oficiais de justiça afetos a PGR, tendo em conta o pouco volume de processos no Supremo Tribunal de Justiça;
- Justificação de uma nova tabela salarial com uma proposta alternativa de aumento de salário em decorrência de isenção de horário.
- Criação de um gabinete de perícia para apoiar o Departamento Central de Ação Penal e todo o MP.
- Criação de um gabinete de comunicação junto da PGR.
- Criação de condições para instalação dos DIAP na Praia e São Vicente, e sempre que necessário, por decisão do CSMP, mediante proposta do PGR, DIAP em outras comarcas.

Assim, após análise e discussão do projecto de lei que altera da Lei Orgânica do Ministério Público, o CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, com os ajustes introduzidos, e submetê-lo ao Governo.

Por unanimidade:

Os pontos **dois, três, quatro, cinco, seis, sete e oito foram reagentados** para a próxima reunião extraordinária, a realizar no dia oito de Fevereiro de 2019, sendo analisadas apenas as matérias que careciam de urgente apreciação.

9. Apreciação do ofício nº 05/DGTC-1ª SPD/2019, proveniente do Tribunal de Contas;

Apreciada o conteúdo do ofício proveniente do Tribunal de Contas, que devolve o processo de nomeação dos técnicos superiores, nível I, Drs. Sandra Helena Borges Tavares, Rendry Alberto C. Fortes e Mónica Suzi Tavares Fernandes, solicitando: a junção do comprovativo do descongelamento de vagas (Resolução nº 41/2018, de 9 de Maio), alteração da produção de efeitos da nomeação e a forma de provimento para contrato de trabalho em regime de estágio, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 1 e seguintes do Decreto-Lei nº 43/2014, de 12 de Agosto, o CSMP deliberou:

Autorizar a rectificação da deliberação, alterando a forma de provimento e os efeitos da nomeação e a junção de cópia da Resolução nº 41/2018, de 9 de Maio, publicada no Boletim oficial II Série, nº 27, de 09 de Maio, que autoriza o recrutamento dos três técnicos.

10. Apreciação da proposta de nomeação de um Secretário substituto para o Serviço de Inspeção do Ministério Público;

O CSMP deliberou:

Através do ofício nº 103/IMP/2019, de 15 de janeiro de 2019, o inspetor do Ministério Público Arlindo Figueiredo e Silva requereu ao Conselho Superior do Ministério Público, na sequência do gozo de férias acumuladas do Secretário do Ministério Público José Miguel de Pina Cardoso, a nomeação de um secretário substituto, argumentando que estão por agendar diligências de instrução em processos de inquérito e em processos de inspeção ordinária.

Assim, o Conselho Superior do Ministério Público, reunido em sessão ordinária de 31 de janeiro de 2019, nos termos dos artigos 31.º n.º 2 e 37.º n.º 1 alínea c), h) da Lei n.º 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério Público, (LOMP), delibera:

- 1. Nomear, em regime de substituição, a Escrivã de Direito **Isabel Marilde Fernandes da Veiga**, para desempenhar as funções de Secretária no Serviço de Inspeção do Ministério Público.*
- 2. A presente deliberação produz efeitos a partir de 15 de janeiro de 2019, e cessa com a chegada ao serviço do Secretário do Ministério Público José Miguel de Pina Cardoso.*
- 3. Notifique e comunique.*

11. Matérias para conhecimento;

O CSMP tomou conhecimento dos documentos apresentados.

12. Despachos para ratificação;

O CSMP ratificou os despachos do Presidente que:

- Concede autorização à Dra. Kylly Fernandes para ministrar uma ação de formação sobre o “Código de Execução das Sanções penais condenatórias”;
- Autoriza a audição dos magistrados do MP, no âmbito do processo disciplinar nº 03/2018/2019, em que é arguido o Oficial de Justiça.
- Autoriza a audição do magistrado do MP, no âmbito do processo disciplinar nº 04/2018/2019, em que são arguidos Oficiais de Justiça.

Na sequência do pedido de autorização para audição dos Procuradores da República, no âmbito do Processo de Inquérito nº 03/2018/2019, solicitado através do ofício nº 100/IMP/2018/2019, de 16/01/2019:

No uso das competências previstas nos artigos 226º n.ºs 5 e 6, al. c), da Constituição da República, 31º e 37º, n.º 1, al. c), da Lei nº 89/VII/2011, de 14 de fevereiro, que aprova a orgânica do Ministério Público, alterada pela Lei n.º 16/IX/2017, de 13 de dezembro, e ao abrigo do disposto nos artigos 48.º da Lei n.º 2/VIII/2011, de 20 de junho, que aprova o Estatuto do Magistrados do Ministério Público, delibera autorizar a comparência e a prestação de declaração perante o instrutor do processo de inquérito n.º 03/2018/2019 dos senhores magistrados do Ministério Público.

Conselho Superior do Ministério Público, 31 de Janeiro de 2019.